



PORTUGAL SOCIAL EM MUDANÇA

IMPACTOS SOCIAIS DA PANDEMIA COVID-19

ANA DELICADO

JOÃO FERRÃO

COORDENAÇÃO

PORTUGAL SOCIAL EM MUDANÇA

IMPACTOS SOCIAIS DA PANDEMIA COVID-19

2021

Ficha Técnica

Edição

Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa - Portugal
Telef. 21 780 47 00 - Fax 21 794 02 74

www.ics.ulisboa.pt

Título

Portugal Social em Mudança. Impactos Sociais
da Pandemia COVID-19

Coordenação

Ana Delicado e João Ferrão

Fotografia

Elisabete Vieira Alvarez

Conceção e design gráfico

João Pedro Silva

Paginação

Guideline, L.^{da}

ISBN

978-972-671-678-5

1.^a edição, outubro de 2021

PORTUGAL SOCIAL EM MUDANÇA

Este é o quarto número do Portugal Social em Mudança, uma publicação regular do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) que tem por objetivo disponibilizar informação sobre questões sociais numa ótica comparada e longitudinal. Os vários temas selecionados procuram situar Portugal em contextos mais amplos, do ponto de vista tanto geográfico como temporal, a partir de indicadores objetivos (estatísticos) e subjetivos (perceções, opiniões) relativos a diferentes facetas da realidade social.

O Portugal Social em Mudança destina-se a um público não especialista. A disponibilização de dados organizados, ilustrados através de mapas e gráficos, analiticamente enquadrados e criticamente comentados, é útil não só para decisores e técnicos de diversas áreas profissionais, mas também para cidadãos portugueses que desejam estar informados ou para estrangeiros que procuram entender o nosso país e que se confrontam com a existência de informação dispersa e nem sempre de fácil acesso. Esta publicação do ICS-ULisboa concretiza uma das suas missões: a de disseminação de conhecimento junto de públicos alargados, reforçando a ligação entre a universidade e a sociedade e, por essa via, o impacto social das investigações realizadas. O Instituto acolhe, aliás, diversos Observatórios, cuja finalidade é garantir, de forma continuada, que os resultados dos trabalhos desenvolvidos possam ser utilizados para fins não académicos: OQD – Observatório da Qualidade da Democracia; OBSERVA – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade; OFAP – Observatório das Famílias e das Políticas de Família; OPJ – Observatório Permanente da Juventude; IE – Instituto do Envelhecimento. Eles constituem a fonte principal, embora não exclusiva, dos conteúdos dos vários números do Portugal Social em Mudança.

**PORTUGAL SOCIAL
EM MUDANÇA
IMPACTOS SOCIAIS DA
PANDEMIA COVID-19**

- 7 **Introdução**
- 13 **FAMÍLIAS**
Vanessa Cunha
Rita B. Correia
- 27 **EDUCAÇÃO**
Maria Manuel Vieira
Ana Sofia Ribeiro
- 37 **ENVELHECIMENTO**
Pedro Moura Ferreira
Alda Botelho Azevedo
Nachatter Singh Garha
- 49 **ENERGIA**
Madalena Santos
Paulo Miguel Madeira
João Guerra
Luísa Schmidt
- 59 **QUALIDADE DA DEMOCRACIA**
Luís Mota
Marcelo Camerlo
Andrés Malamud
Antonino Castaldo
Juan Rodríguez Teruel
- 67 **Comentário final**

4

**PORTUGAL SOCIAL
EM MUDANÇA**
IMPACTOS SOCIAIS DA PANDEMIA COVID-19

MOBILIDADE LIMITADA E CONSUMOS DE ENERGIA

Madalena Duque dos Santos, Paulo Miguel Madeira,
João Guerra, Luísa Schmidt

A crise de saúde pública desencadeada pela COVID-19 teve implicações significativas no setor energético, refletindo-se na diminuição do seu consumo total e das emissões de gases de efeito de estufa. Em contrapartida, as famílias, forçadas a uma maior permanência em casa, viram aumentados os seus consumos domésticos. Neste capítulo analisam-se as consequências da pandemia sobre os padrões de consumo energético, enquadrando o caso português nas tendências gerais.

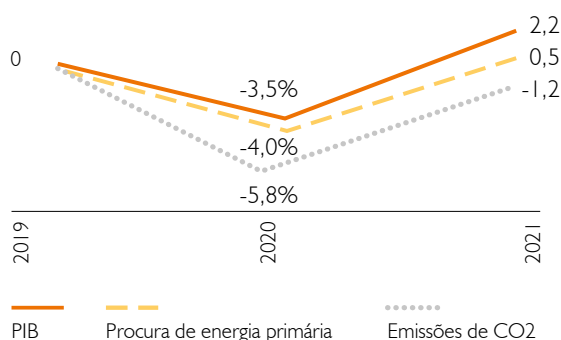
O surto de coronavírus detetado em dezembro de 2019 em Wuhan, uma cidade longínqua na China, disseminou-se por todos os cantos do globo com uma grande rapidez, infetando milhões de pessoas e induzindo como resposta uma forte limitação do contato social, que levou à paragem de muitas atividades e à relocalização de outras nos locais de residência. Isto afetou brutalmente as atividades quotidianas de transporte e induziu grandes alterações nos consumos energéticos. A recessão generalizada que se seguiu teve efeitos contraditórios, contribuindo para uma redução momentânea nos preços da energia (e. g., petróleo), mas reduzindo os incentivos económicos para as energias renováveis.

Neste contexto, uma crise de saúde pública acabou por originar um conjunto de crises interligadas de cariz social, económico, político e até ambiental. Do ponto de vista da Agenda 2030, o mundo terá regredido de forma desigual, emergindo as maiores taxas de retrocesso onde a necessidade de avançar mais se fazia sentir (Schmidt e Guerra, 2018). Este capítulo procurará abordar estas questões, focando-se em particular nas consequências da pandemia sobre o ODS 7 – Energias Renováveis e Acessíveis, nomeadamente nas mudanças nos padrões de consumo energético decorrentes da resposta à crise pandémica.

Procura de energia e emissões

Figura 4.1 Evolução do PIB, procura de energia primária e emissões de CO₂ na União Europeia

Fonte: IEA 2021.

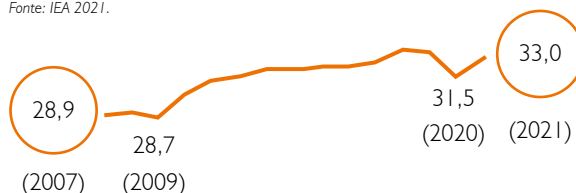


No ano de 2020 e, em particular, no inverno de 2020/2021 o mundo e a União Europeia, num contexto em que Portugal não constituiu exceção, foram particularmente atingidos pela COVID-19, levando a confinamentos e bloqueios relevantes e, desse modo, a quebras socioeconómicas significativas. De 2019 para 2020, o PIB nos países da União Europeia (UE) caiu 3,5%, a procura global de energia 4% e as emissões de CO₂ 5,8%. Para 2021, no entanto, e tendo por base os resultados do 1.º trimestre deste ano, espera-se alguma recuperação do PIB (2,2%) e estabilização na procura de energia primária (mais 0,5%) e, talvez mais importante para o que interessa aqui realçar, uma retração ligeira das emissões que, na melhor das hipóteses, rondará 1,2% abaixo dos níveis de 2019 (figura 4.1).

A verificar-se este cenário de recuperação, estaríamos perante um mais eficiente uso de recursos energéticos potenciado pela pandemia. No entanto, se a atividade de transporte e, em particular, as viagens internacionais retornarem aos níveis anteriores à COVID-19 (como poderá vir a acontecer no final de 2021), as necessidades globais de energia alinhar-se-ão com a recuperação económica, sendo nesse caso inevitável um aumento próximo de 2% relativamente a 2019, com as consequentes repercussões nas emissões de CO₂ (IEA, 2021).

Figura 4.2 Emissões globais de CO₂ relacionadas com a energia (Gt CO₂)

Fonte: IEA 2021.



Contudo, o cenário de 2020 foi bastante diferente. Assim, se atentarmos, em particular, nas emissões de CO₂ relacionadas com a energia, na UE, entre 2019 e 2020, o seu volume teve uma queda sem precedentes: quase 2 Gt a menos (figura 4.2).¹ Como as emissões globais de CO₂ voltaram ao padrão de crescimento anterior, no que diz respeito às alterações climáticas – se não houver políticas que contrariem esta tendência –, a situação não se perspetiva tão favorável como previam as avaliações feitas no auge da pandemia.²

Para além destes efeitos ainda pouco claros, há outras implicações que importa analisar. Desde logo, ter-se-á assistido à transferência de pelo menos uma parte do consumo energético do setor produtivo (indústria e serviços) para o setor residencial (Kyllili et al. 2020). Num curto período, a pandemia alterou a localização das atividades do quotidiano, que, em boa medida, se transferiram dos escritórios e escolas para a esfera residencial, contribuindo para intensificar os consumos domésticos de eletricidade. Muitos assalariados viram-se obrigados a adaptar-se ao teletrabalho e a adequar as suas habitações às necessidades profissionais, assumindo custos outrora suportados pelos seus empregadores (Kyllili et al. 2020). Ao mesmo tempo, o confinamento das populações e o consequente aumento da necessidade do consumo de energia no setor residencial tornaram ainda mais evidentes situações de pobreza energética (Horta e Schmidt 2021).

Face à transferência dos consumos de energia dos locais de trabalho e escolas para a esfera residencial, parece-nos oportuna a reflexão sobre os padrões emergentes de gastos energéticos

¹ Ainda que a um ritmo menor, as emissões globais prosseguiram e, por isso, o CO₂ acumulado na atmosfera continuou a aumentar, alcançando 412,5 partes por milhão em 2020, o que representa um novo máximo da nossa era, situando-se cerca de 50% acima dos valores pré-revolução industrial (IEA 2021).

² Quando este texto foi escrito (junho de 2021) ainda não existiam dados publicados sobre emissões de CO₂ em 2020 em Portugal.

em tempos de pandemia. O agravamento das desigualdades ganha particular acuidade em Portugal, onde a taxa de pobreza já subira para perto de 20% na sequência da intervenção da Troika (Rodrigues et al., 2016) e os indicadores de desigualdade têm estado entre os piores da UE. Mas deste contexto decorre uma oportunidade única de reflexão sobre a COVID-19 e os seus impactos nos usos energéticos, nomeadamente nas relações entre emprego, escola, residência e meios de transporte e mobilidade.

II

As alterações do consumo de eletricidade em Portugal

Tal como aconteceu ao nível global e na UE, em Portugal a pandemia da COVID-19 também levou a alterações nos consumos de energia.

O consumo de eletricidade teve uma alteração substancial no primeiro ano da epidemia, ao contrário do que acontecera em 2019, quando o consumo caiu cerca de 0,2 % face a 2018 (figura 4.3). Com o início do primeiro confinamento, em março de 2020, houve uma queda drástica do consumo geral no país, que se refletiu numa contração anual próxima de 6%, representando perto de 2900 GWh no conjunto de 2020 (figura 4.4). Esta contração resulta do que aconteceu no setor público e empresarial, pois o consumo doméstico teve um aumento substancial, em contradicção com a tendência geral. Apesar de os consumos doméstico e não doméstico apresentarem variações percentuais quase simétricas, importa salientar que eles não se compensam mutuamente. Em 2019 o consumo doméstico foi pouco mais de um quarto do total. Assim, em 2020, a um aumento próximo de 1750 GWh no consumo doméstico contrapõe-se uma redução de cerca de 4600 GWh nos restantes setores. Ainda assim, fica claro que as alterações no padrão de consumo energético foram, desde o início da pandemia, comandadas pelos ritmos de confinamento residencial e de restrição ao exercício de muitas atividades. Da mesma forma, o seu levantamento, mais ou menos progressivo, resultou numa reaproximação gradual ao padrão pré-pandemia.

Figura 4.3 Alteração no padrão de consumo de eletricidade (%)

Fonte: DGEG, Estimativas Rápidas de Consumo Energético (2020-2021).

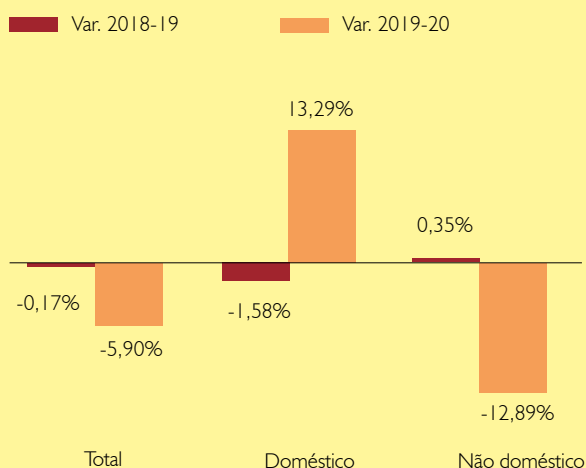


Figura 4.4 Alteração no padrão de consumo de eletricidade (GWh)

Fonte: DGEG, Estimativas Rápidas de Consumo Energético (2020-2021).

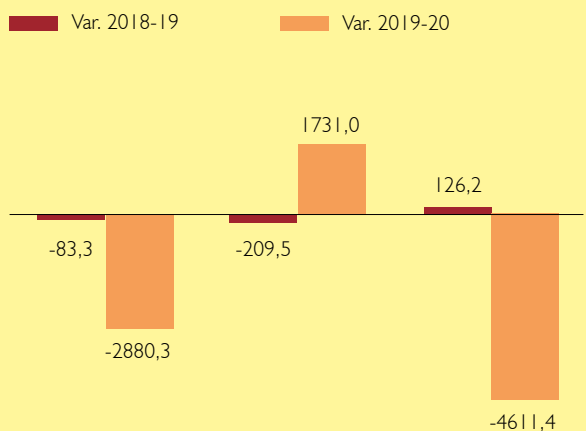
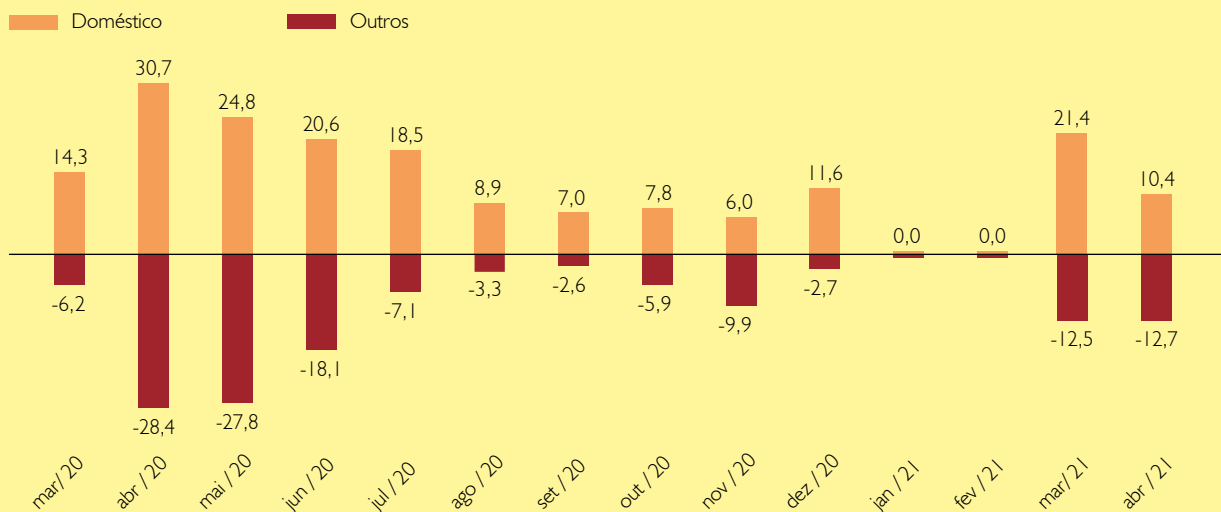


Figura 4.5 – Variação do consumo de eletricidade desde o início da pandemia face ao mesmo mês de 2019 (%)

Fonte: DGEG, Estimativas Rápidas de Consumo Energético (2020-2021).



Nesta perspetiva, tendo o primeiro confinamento começado na segunda metade de março de 2020, os valores desse mês ainda não traduzem plenamente o que aconteceu nesse período (figura 4.5), registando-se, apesar disso, uma subida próxima de 15% do consumo doméstico relativamente a março de 2019 e uma queda de 6,2% nos consumos dos outros setores.

Esta subida mais intensa do consumo doméstico em março (face a uma queda moderada no dos restantes setores) pode ter decorrido da apreensão que se instalou entre os portugueses no início da pandemia. Na sequência das notícias sobre os primeiros casos em Portugal, muitas pessoas terão restringido as suas saídas por iniciativa própria, mesmo antes de o confinamento se tornar obrigatório, o que veio a acontecer no dia 22 de março. Este comportamento cauteloso, justificado pelo desconhecimento e pela relativa novidade pandémica, afetou atividades de lazer e restauração e, por vezes, também as deslocações para os locais de trabalho, tendo ocorrido algumas iniciativas de teletrabalho sem que este tivesse já adquirido obrigatoriedade.

O mês seguinte – abril de 2020 – foi o único abrangido integralmente pelo confinamento geral nesse ano e, certamente por esse facto, foi também o mês em que, comparando com 2019, se assistiu ao maior aumento do consumo doméstico de eletricidade (30%), ao mesmo tempo que o consumo nas outras atividades decresceu quase na mesma proporção (28,4%). Nos meses seguintes, à medida que as medidas restritivas do contacto

social foram progressivamente retiradas, esses valores foram-se reduzindo, tornando-se bem menos expressivos a partir do verão.

No outono houve alguns conjuntos de dias (fins-de-semana e feriados) com confinamentos mais ou menos intensos, pelo que houve um primeiro aumento das diferenças de consumo face ao que acontecera em 2019, mas um confinamento mais continuado e apertado só voltou a partir de janeiro, com várias fases de intensificação. Finalmente, a partir de 15 de março de 2021 houve uma normalização progressiva das atividades sociais. Com esta normalização, como se pode constatar na figura 4.5, assistimos a um regresso, também ele progressivo, a um padrão de consumo de eletricidade mais regular.

Registe-se ainda que a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) só divulgou dados mensais dos consumos energéticos a partir de março de 2020, com informação a remontar a março de 2019, pelo que não foi possível calcular a variação dos consumos de janeiro e fevereiro de 2021 face aos mesmos meses de 2019 – aquela que nos permite perceber as alterações em relação à normalidade pré-pandémica.

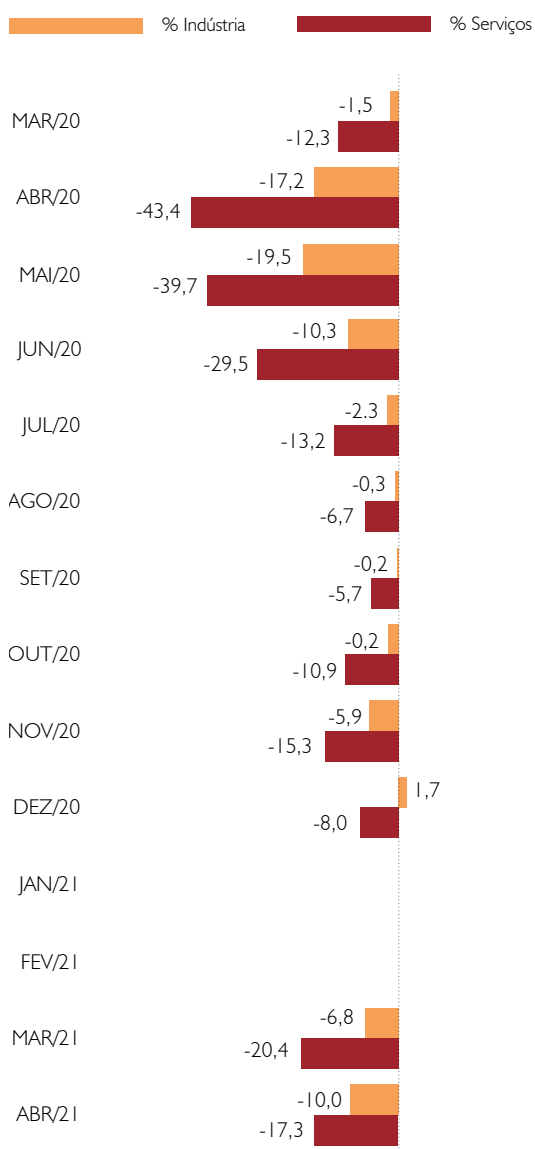
Atendendo aos calendários de confinamento, é de admitir que, em 2021, a alteração mais intensa dos consumos, tendo por base 2019, tenha ocorrido em fevereiro, mas talvez sem ser tão intensa quanto foi em abril de 2020. Isto porque a figura 4.6 deixa perceber que as variações de consumo em março e abril de 2021 foram menos intensas do que em maio e junho de

2020, possivelmente devido a uma «normalização» da situação de emergência e de confinamento. Tal poderá ser atribuível à maior disponibilidade e habitação ao uso de equipamento de proteção individual e à rotinização de práticas de distanciamento social, que permitiram mais saídas em segurança do que em 2020.

A queda nos consumos não domésticos resulta fundamentalmente da redução de atividade na indústria e, sobretudo, nos

Figura 4.6 Variação do consumo de eletricidade na indústria e nos serviços desde o início da pandemia face ao mesmo mês de 2019 (%)

Fonte: DGEG, Estimativas Rápidas de Consumo Energético (2020-2021).



serviços (figura 4.6). Ambos os setores apresentam um perfil semelhante da taxa de variação mensal face ao mesmo mês de 2019, mas com quedas sempre mais profundas nos serviços, que recorreram muito ao teletrabalho, ao contrário do que aconteceu na indústria. Neste setor terá havido alguns trabalhadores de escritório em teletrabalho, mas a grande maioria continuou ativa nas instalações fabris e afins. Aliás, na indústria as quebras de consumo energético estarão associadas também a reduções da produção devido a quedas na procura ou a rompimento nas cadeias internacionais de abastecimento de componentes e bens intermédios.

III

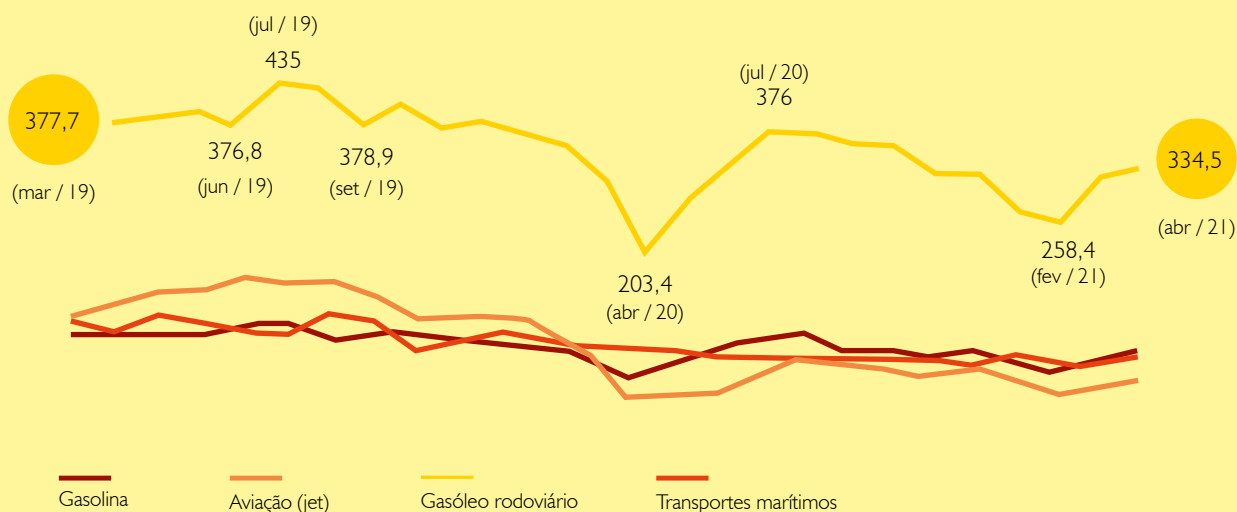
Restrições na mobilidade e queda no consumo de combustíveis

Em simultâneo com as alterações no consumo de eletricidade houve também alterações importantes no consumo de combustíveis fósseis. Num primeiro momento, tal resultou da drástica redução da mobilidade decorrente da imposição de fortes limites ao contacto social e a muitas atividades económicas.

Por este motivo, há uma forte coincidência temporal entre as alterações de consumo de combustíveis e as alterações do consumo de eletricidade. Em março de 2020, com o início do primeiro confinamento geral, registou-se já uma forte queda nos consumos de gasolina, gasóleo e combustíveis para o transporte aéreo e marítimo, que tiveram o seu ponto mais baixo em abril (figura 4.7). Houve depois uma recuperação até ao verão, seguindo-se alguns meses com oscilações, prevalecendo desde o outono a dinâmica de queda, com o ponto mais baixo em fevereiro de 2021 e recuperações em março e abril, à medida que o confinamento geral foi sendo gradualmente revertido.

Figura 4.7 – Evolução do consumo de produtos petrolíferos (10⁸ ton.)

Fonte: DGEG, Estimativas Rápidas de Consumo Energético (2020-2021).



Esta expressiva queda do consumo de combustíveis derivados do petróleo resultou sobretudo da grande redução nos transportes rodoviários (gasóleo rodoviário e gasolina) e na aviação. Mas, enquanto o consumo de gasolina e gasóleo retornou a níveis próximos dos pré-pandémicos no final do primeiro confinamento, isso não aconteceu com o consumo na aviação, cuja recuperação foi até agora modesta.

O consumo de gasolina, que está ligado essencialmente aos ritmos do transporte em automóvel próprio, sofreu uma queda de quase 60% em abril do ano passado (figura 4.8), mas teve uma recuperação rápida após o final do confinamento. Mesmo assim, nunca recuperou os níveis de 2019, embora em setembro de 2020 tenha estado próximo. O recuo do seu consumo aprofundou-se de novo a partir do outono, com quedas crescentes até março de 2021, que, provavelmente, terão tido o seu ponto mais baixo em fevereiro, pelas razões já referidas em relação ao consumo de eletricidade. Em abril registou-se uma queda menor do que em março, reflexo também do gradual levantamento das restrições associadas ao confinamento

O consumo de gasóleo rodoviário está ligado simultaneamente ao transporte individual e coletivo de passageiros e ao transporte de mercadorias. Assim, a sua queda percentual não foi tão forte quanto a da gasolina, visto que o transporte coletivo de passageiros e o de mercadorias se mantiveram pouco alterados durante os confinamentos e são menos afetados pelo teletrabalho do que o transporte individual (figura 4.9).

O consumo de gasolina e gasóleo em transportes rodoviários retornou a níveis próximos dos pré-pandémicos no final do primeiro confinamento, ao contrário do que aconteceu com o consumo na aviação.

Figura 4.8 Variação do consumo de gasolina desde o início da pandemia face ao mesmo mês de 2019 (%)

Fonte: DGEG, Estimativas Rápidas de Consumo Energético (2020-2021).

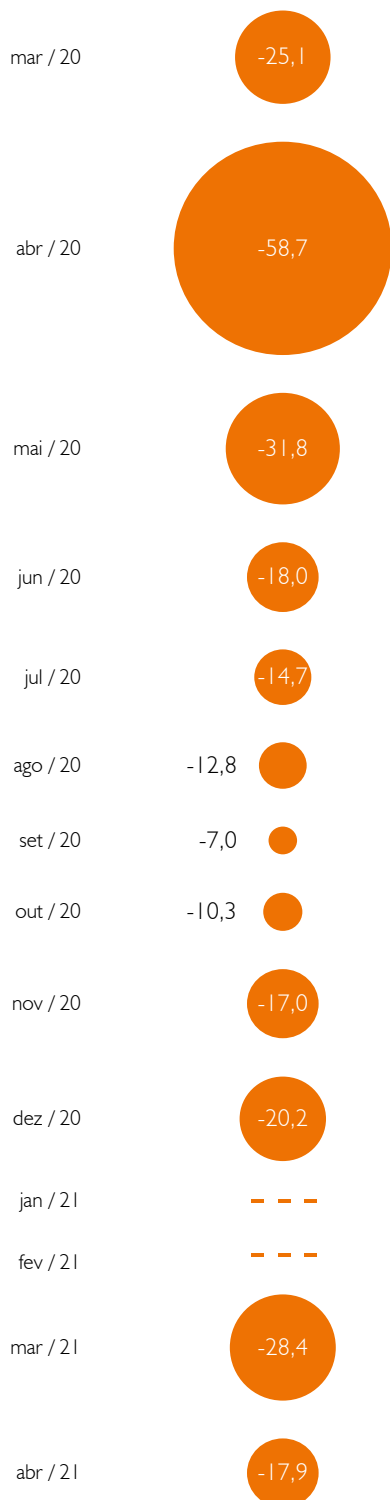
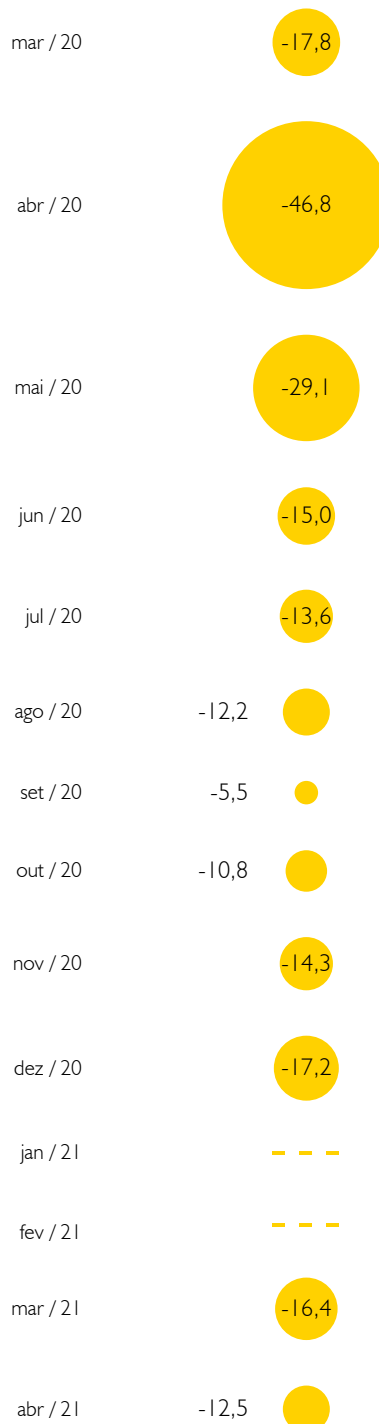


Figura 4.9 Variação do consumo de gasóleo rodoviário desde o início da pandemia face ao mesmo mês de 2019 (%)

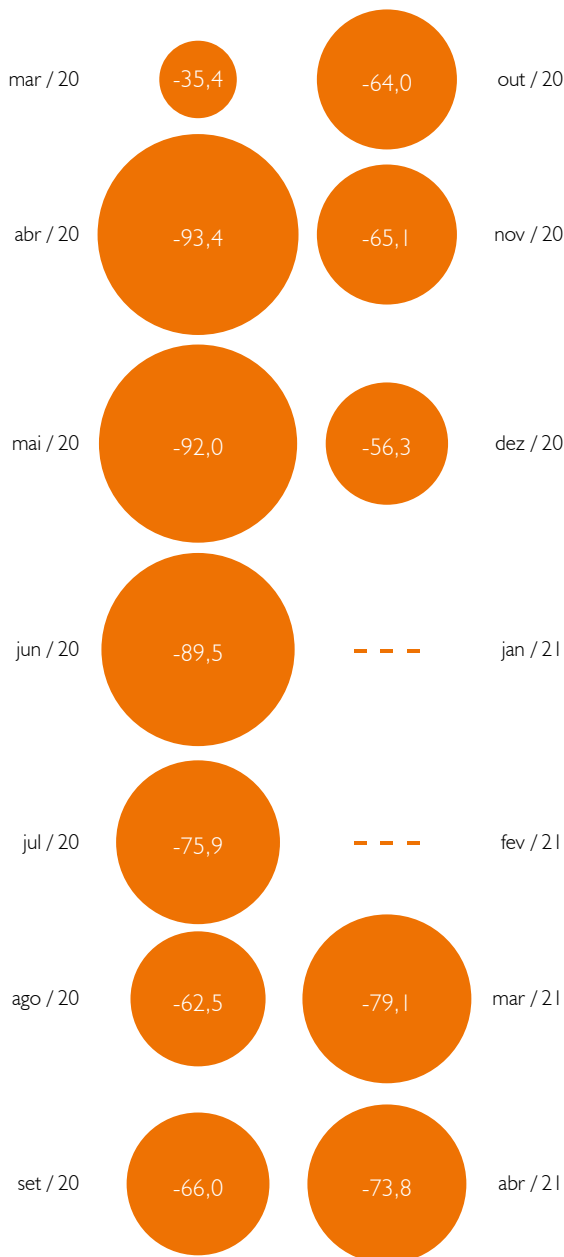
Fonte: DGEG, Estimativas Rápidas de Consumo Energético (2020-2021).



A variação é, contudo, semelhante à da gasolina, o que se explica por alguma afetação do transporte de mercadorias e, claro, pela redução do transporte individual. O consumo de combustível pela aviação (figura 4.10) foi o que apresentou as maiores quedas percentuais logo no primeiro confinamento, tendo sido também aquele que menos recuperou. As viagens internacionais estiveram muito limitadas durante a primeira vaga da pandemia e ficaram

Figura 4.10 Variação do consumo na aviação (jet) desde o início da pandemia face ao mesmo mês de 2019 (%)

Fonte: DGEG, Estimativas Rápidas de Consumo Energético (2020-2021).

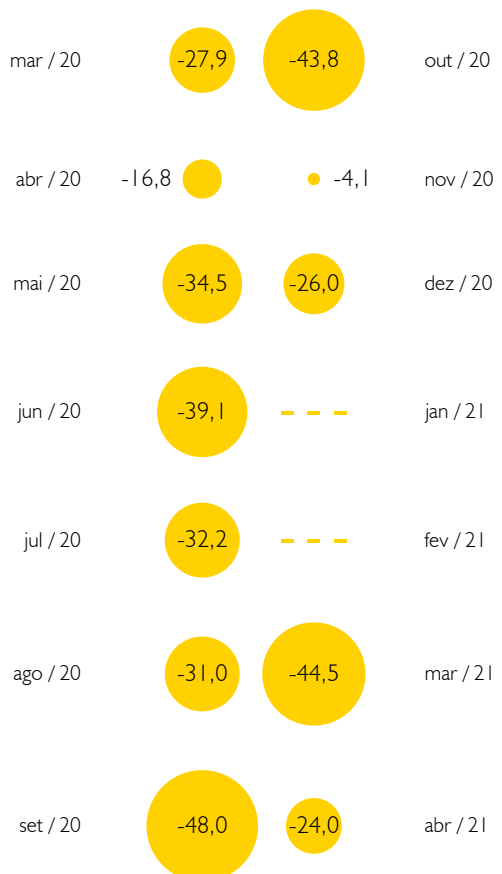


sempre sujeitas a algum condicionamento, que se intensificou de novo no inverno de 2021 devido à segunda vaga na Europa.

Os meses de menor queda face a 2019 foram agosto (-62,5%) e dezembro (-56,3%) de 2020, coincidindo com as férias de verão e as deslocações para as festividades de Natal e passagem de ano. Entre as várias atividades afetadas pelo contexto de limitação do contacto social e de recessão histórica em Portugal e na Europa, a aviação civil é a que apresenta perspectivas mais incertas de recuperação. Por um lado, porque dois verões com fortes limitações às viagens na Europa poderão induzir alguma alteração dos hábitos de férias e lazer; por outro, porque a recessão económica e suas consequências poderão arrastar-se no tempo, induzindo novos padrões de utilização deste meio de transporte. Acresce que o hábito das teleconferências e a eficácia do teletrabalho em termos internacionais vieram evidenciar ser possível evitar muitas deslocações aéreas continentais e inter-

Figura 4.11 Variação do consumo de combustíveis no transporte marítimo desde o início da pandemia face ao mesmo mês de 2019 (%)

Fonte: DGEG, Estimativas Rápidas de Consumo Energético (2020-2021).



continentais. A queda do consumo de combustível no transporte marítimo (figura 4.11) reflete o mesmo tipo de constrangimentos, quer nas atividades de recreio (incluindo cruzeiros internacionais), quer no tráfego de mercadorias. Por exemplo, a queda do consumo de produtos petrolíferos gerou, obviamente, menor necessidade do seu transporte, feito geralmente por via marítima.

Por outro lado, a disrupção nas cadeias internacionais de fornecimento da indústria no início da pandemia também contribuiu para a queda do transporte de mercadorias, sendo ainda incerto até que ponto isso terá reflexos numa eventual retração geográfica dessas cadeias. O tipo de mercadorias que nos chegam por via marítima, no entanto, terá induzido uma curva menos obviamente ligada ao ritmo dos confinamentos, registando-se as maiores quebras em setembro e outubro de 2020.

IV

Conclusão

Da rápida disseminação da epidemia decorreu, a partir do início de 2020, um tipo de resposta das autoridades públicas que, em regra, passou por restrições ao contacto social e, consequentemente, às deslocações. A «nova normalidade» induziu alterações substanciais nas práticas quotidianas, quer ao nível individual e doméstico, quer ao nível das atividades económicas e profissionais, desencadeando uma crise multidimensional cujos contornos são ainda incertos. Seja como for, a queda geral dos consumos energéticos não merece grande dúvida, como não merece dúvida a transferência de custos energéticos das empresas e serviços para a esfera doméstica. As alterações nos consumos de energia surgiram, invariavelmente, associadas aos ritmos de confinamento residencial e de restrição ao exercício de muitas atividades.

A tendência geral foi de redução acentuada dos consumos, quer no que respeita à eletricidade, quer no que respeita aos combustíveis de origem fóssil para transportes. Neste panorama, a exceção foi o consumo doméstico de eletricidade, que disparou 13,3% entre 2019 e 2020. É certo que este aumento da fatura energética das famílias pode, pelo menos em parte, ter

sido compensado por poupanças no combustível que não terá sido gasto nas habituais deslocações casa-trabalho. Mas no caso português, onde as desigualdades ainda são significativas e uma faixa importante da população ou não possui ou não utiliza o automóvel para as suas deslocações quotidianas, essa poupança dificilmente aconteceu.

Pelo contrário, estes cidadãos viram-se, muito provavelmente, forçados a assumir custos de um serviço que, pelo menos em parte, não utilizaram, pagando por um título de transporte mensal que, independentemente do confinamento (sem data pré-estabelecida), não poderiam deixar de adquirir. Nestes casos, portanto, ao aumento da fatura da eletricidade terá correspondido, na melhor das hipóteses, a poupança do custo do passe dos transportes coletivos, o que é pouco, sobretudo numa época (inverno) em que a necessidade de aquecer as habitações redobrava.

O rápido avanço da vacinação permite vislumbrar uma normalização das atividades sociais que deverá reverter esta situação. Fica claro, no entanto, que as desigualdades sociais se exacerbaram com a pandemia, fazendo aumentar os fatores que potenciam a pobreza energética. Se pensarmos na provável efemeridade do efeito mitigador nas emissões de CO₂, ou no exponencial crescimento da utilização de material descartável que se instalou nos hábitos quotidianos, o balanço não se antevê positivo também para o campo ambiental.

referências bibliográficas

- Direção-Geral de Energia e Geologia. Estimativas rápidas de consumo energético de março de 2020 a abril de 2021. Lisboa, Ministério do Ambiente e Ação Climática, <https://www.dgeg.gov.pt/pt/estatistica/energia/publicacoes/estimativas-rapidas-de-consumo-energetico/>.
- Horta, A., e L. Schmidt. 2021. *Pobreza Energética em Portugal (Research Brief)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Observa – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade.
- IEA. 2021. «Global energy review», Paris, IEA, <https://www.iea.org/reports/global-energy-review-2021>.
- Kyllili, A., N. Afxentiou, L. Georgiou, C. Panteli, P. Z. Morsink-Georgalli, A. Panayidou, C. Papouis e P. A. Fokaidis. 2020. *The Role of Remote Working in Smart Cities: Lessons Learnt from COVID-19 Pandemic. Energy Sources. Part A*, «Recovery, utilization, and environmental effects».
- Rodrigues, C.F., R. Figueiras, V. Junqueira. 2016. *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As Consequências Sociais do Programa de Ajustamento*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Schmidt, L., e J. Guerra. 2018. «Sustainability: dynamics, pitfalls and transitions». In *Changing Societies: Legacies and Challenges – The Diverse World of Sustainability*, eds. A. Delicado et al. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

SOBRE O ICS-ULISBOA

O Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Laboratório Associado (ICS), é uma instituição universitária consagrada à investigação e à formação avançada em ciências sociais, reconhecida em Portugal e no estrangeiro pela qualidade do seu desempenho. A investigação desenvolvida no ICS é inovadora e interdisciplinar, resultando da combinação virtuosa entre investigadores, projetos de investigação, uma cultura científica caracterizada pela diversidade teórica e metodológica e um compromisso com a sociedade. A principal missão do ICS é contribuir para o conhecimento das sociedades contemporâneas. O compromisso do ICS para os próximos 10 anos é intensificar e renovar as suas estratégias de investigação e divulgação relevantes para a tomada de decisão política, a fim de garantir que este laboratório de ciências sociais beneficie a sociedade e o público em geral, aos níveis regional, nacional e em todo o mundo. São privilegiados quatro eixos: Inclusão e Vulnerabilidades, Cidadania, Sustentabilidade e Memória e Legados. A investigação individual e coletiva, a participação num amplo conjunto de redes de pesquisa nacionais e internacionais, o Centro de Estudos Avançados em Ciências Sociais, o ensino pós-graduado diretamente articulado com a investigação, as atividades de *outreach*, nomeadamente através dos Observatórios, constituem as principais vias de concretização desta missão.

www.ics.ulisboa.pt

Observatórios ICS



Observatório da Qualidade da Democracia
www.oqd.ics.ulisboa.pt



Observatório de Ambiente, Território e Sociedade
www.observa.ics.ulisboa.pt



Observatório das Famílias e das Políticas de Família
www.ofap.ics.ulisboa.pt



Observatório Permanente da Juventude
www.opj.ics.ulisboa.pt



Instituto do Envelhecimento
www.i envelhecimento.ics.ulisboa.pt

PORTUGAL SOCIAL EM MUDANÇA

Este é o quarto número do *Portugal Social em Mudança*, uma publicação regular do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) que tem por objetivo disponibilizar informação sobre questões sociais numa ótica comparada e longitudinal. Os vários temas selecionados procurarão situar Portugal em contextos mais amplos, do ponto de vista tanto geográfico como temporal, a partir de indicadores quer objetivos (estatísticos) quer subjetivos (perceções, opiniões) relativos a diferentes facetas da realidade social.